

VEREDAS

Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

VOLUME 19

AIL Associação Internacional
de Lusitanistas
A associação internacional de estudos lusófonos

SANTIAGO DE COMPOSTELA
2013

A AIL – Associação Internacional de Lusitanistas tem por finalidade o fomento dos estudos de língua, literatura e cultura dos países de língua portuguesa. Organiza congressos trienais dos sócios e participantes interessados, bem como co-patrocina eventos científicos em escala local. Publica a revista *Veredas* e colabora com instituições nacionais e internacionais vinculadas à lusofonia. A sua sede localiza-se na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, em Portugal, e seus órgãos directivos são a Assembleia Geral dos sócios, um Conselho Directivo e um Conselho Fiscal, com mandato de três anos. O seu património é formado pelas quotas dos associados e subsídios, doações e patrocínios de entidades nacionais ou estrangeiras, públicas, privadas ou cooperativas. Podem ser membros da AIL docentes universitários, pesquisadores e estudiosos aceites polo Conselho Directivo e cuja admissão seja ratificada pela Assembleia Geral.

Conselho Directivo

Presidente: Elias Torres Feijó, Univ. de Santiago de Compostela
eliasjose.torres@usc.es

1.º Vice-Presidente: Cristina Robalo Cordeiro, Univ. de Coimbra
cristinacordeiro@hotmail.com

2.ª Vice-Presidente: Regina Zilberman, UFRGS
regina.zilberman@gmail.com

Secretário-Geral: Roberto López-Iglésias Samartim, Univ. da Corunha,
rlopez-iglesias@udc.es

Vogais: Benjamin Abdala Junior (Univ. São Paulo); Ettore Finazzi-Agrò (Univ. de Roma «La Sapienza»); Helena Rebelo (Univ. da Madeira); Laura Cavalcante Padiha (Univ. Fed. Fluminense); Manuel Brito Semedo (Univ. de Cabo Verde); Onésimo Teotónio de Almeida (Univ. Brown); Pál Ferenc (Univ. ELTE de Budapeste); Petar Petrov (Univ. Algarve); Raquel Bello Vázquez (Univ. Santiago de Compostela); Teresa Cristina Cerdeira da Silva (Univ. Fed. do Rio de Janeiro); Thomas Earle (Univ. Oxford).

Conselho Fiscal

Carmen Villarino Pardo (Univ. Santiago de Compostela); Isabel Pires de Lima (Univ. Porto); Roberto Vecchi (Univ. Bolonha).

Associe-se pela *homepage* da
AIL: www.lusitanistasail.org
Informações pelos *e-mails*: secretaria@lusitanistasail.net

Veredas

Revista de publicação semestral

Volume 19 – Junho de 2013

Diretor:

Elias J. Torres Feijó

Editora:

Raquel Bello Vázquez

Conselho Redatorial:

Andrés José Pociña Lopez, Anna Maria Kalewska, Axel Schönberger, Clara Rowland, Cleonice Berardinelli, Helder Macedo, Maria Luísa Malato Borralho, Sebastião Tavares Pinho, Sérgio Nazar David, Ulisses Infante, Vera Lucia de Oliveira. Por inerência: Benjamin Abdala Junior, Cristina Robalo Cordeiro, Ettore Finazzi-Agrò, Helena Rebelo, Laura Cavalcante Padilha, Manuel Brito Semedo, Onésimo Teotónio de Almeida, Pál Ferenc, Petar Petrov, Regina Zilberman, Roberto López-Iglésias Samartim, Teresa Cristina Cerdeira da Silva, Thomas Earle.

Redação:

VEREDAS: Revista da Associação Internacional de Lusitanistas

Endereços eletrônicos: veredas@lusitanistasail.net; revista.veredas@gmail.com

Desenho da Capa: Atelier Henrique Cayatte – Lisboa, Portugal

Impressão e acabamento:

Campus na nube, Santiago de Compostela, Galiza

ISSN 0874-5102

SUMÁRIO

Nota introdutória.....	7
BARBARA GORI	
Antero de Quental e o (des)encanto com o naturalismo metafísico alemão.....	9
CLAUDETE DAFLON	
Uma proposta de reflexão: literatura e ciência entre luso-brasileiros setecentistas.....	25
FILIPA MEDEIROS	
«Cantando espalharei por toda a parte» Estratégias de <i>marketing</i> político no Barroco: os emblemas fúnebres em honra da rainha D. Maria Sofia Isabel.....	49
MARIA APARECIDA RIBEIRO	
Moema, um episódio romântico no Barroco brasileiro e suas projeções até os nossos dias.....	71
MARIA DA GRAÇA GOMES DE PINA	
D. Francisco Manuel de Melo, autor e ator da «comédia do tempo».....	93
MARIA TERESA NASCIMENTO	
A devoção mariana no diálogo português do Barroco.....	137
REGINA ZILBERMAN	
O <i>Resumo de História Literária</i> , de Ferdinand Denis: história da literatura enquanto campo de investigação.....	149
ROLF KEMMLER	
Para uma melhor compreensão da história da gramática em Portugal: a gramaticografia portuguesa à luz da gramaticografia latino-portuguesa nos séculos XV a XIX.....	173
SARA AUGUSTO	
<i>Ut pictura fictio</i> . Ficção romanesca do maneirismo e do barroco.....	205
SOCORRO DE FÁTIMA P. BARBOSA	
A introdução às <i>Cartas Chilenas</i> ou <i>Epístola a Critilo</i> e a murmuração da corte no primeiro reinado.....	229

Nota introdutória

O presente número da revista *Veredas* é um monográfico dedicado aos estudos devotados a um dos períodos menos atendidos dentro dos estudos lusófonos, o que decorre entre a morte de Luís de Camões e o início do Romantismo.

Em 2012, a Associação Internacional de Lusitanistas, ciente da lacuna que afetava ao referido período, convocou especialistas em diferentes áreas da produção cultural dos séculos XVII e XVIII a participarem num colóquio em Budapeste. Pedia-se a apresentação de trabalhos arriscados, pesquisas em andamento, hipóteses ainda em fase de comprovação. Após o colóquio, com interessantes e intensos debates, foi oferecido às pessoas participantes elaborarem as suas comunicações como artigos e submetê-los a publicação na revista *Veredas*.

Os textos foram submetidos à revista e avaliados pelo sistema convencional de duplo cego. Parte deles são agora aqui recolhidos, outros serão publicados em próximos números da revista. Todos eles beneficiaram de um elevado grau de elaboração, e a prova disto é que frente a um índice de aprovação média que não alcança 50% dos originais submetidos à *Veredas*, nesta ocasião a percentagem de aprovação de trabalhos superou 70%. O resultado, é um volume em que aspectos pouco tratados nos estudos lusófonos são estudados com uma elevada qualidade científica, oferecendo não apenas resultados novos e inovadores, mas também novos trilhos pelos quais a pesquisa poderá ser desenvolvida nos próximos anos.

Raquel Bello Vázquez

Editora

D. Francisco Manuel de Melo, autor e ator da «comédia do tempo»

MARIA DA GRAÇA GOMES DE PINA

Università degli Studi di Napoli «L'Orientale»

RESUMO

No antigo tribunal grego, a ampulheta ditava quanto tempo os advogados possuíam à disposição para aduzirem os próprios argumentos de defesa e de acusação. Saber dosar o tempo, ou seja, saber contar quanta areia se gastava numa exposição a favor ou contra uma determinada tese, era um sinal de posse autêntica de uma técnica que tanto podia matar uma vida quanto salvá-la. Imaginemos uma situação um pouco semelhante transportada para o século XVII português, mais precisamente para um canto esquecido e poeirento da oficina de um caldeireiro, onde dois relógios apresentam as próprias defesas e justificações por se encontrarem ali. Com este encontro casual e sem horário marcado se dá início à extraordinária «comédia do tempo». Em boa verdade, trata-se de uma espécie de peça teatral cadenciada e joeirada pela areia temporal da crítica, da sátira e da moral. Autor, encenador e, por vezes, ponto desta *pièce* é D. Francisco Manuel de Melo. Queremos nortear a análise do primeiro apólogo sobretudo pelo conceito de tempo tomado de vários pontos de fuga. Começaríamos por afirmar que neste apólogo D. Francisco Manuel de Melo emprega múltiplos jogos de palavras, de trocadilhos e de outras estratégias linguísticas como se estas fossem secções cronológicas, isto é, como se cada uma delas servisse de instrumento para ser usado no momento exato em que o espírito crítico do leitor se encontra pronto e mais idóneo para perfeccionar o objetivo que o autor se propõe. Todo o apólogo primeiro, em que se dá a interlocução de um relógio cidadão com um aldeão, poderia então ser lido como uma metáfora do tempo, isto é, como uma exposição crítica das fases da vida humana, e quem melhor para cronometrar senão dois relógios?

Palavras-chave: Francisco Manuel De Melo; Apólogo; Teatro; Tempo; Sátira

ABSTRACT

In the ancient Greek courthouse, the hourglass reigned supreme for it and it alone administered the amount of time the advocates possessed to present their arguments of both defense and complaint. He who could master that amount of time available and by that I mean, knowing precisely the quantity of sand consumed while presenting a dispute either for or against said argument, would mean dominating a technique that could literary save or forfeit a person's life. Let us then envision a situation somewhat similar conveyed to Portugal in the seventeenth century, more specifically in a dusty old forgotten corner in a coppersmith's workshop, where two clocks present their own defenses and validations for being in that particular place. With this casual and impromptu encounter, we are presented to an astonishing «comedy of time». It is in fact a sort of rhythmic type of theatrical play winnowed by the everlasting critique, satire and moral. The playwright, director and, sometimes, prompter of this *pièce* is *D. Francisco Manuel de Melo*. We would like to start the analysis of the first apologue by taking special interest in the vanishing points in the concept of time. First and foremost we can assert that in this apologue, *D. Francisco Manuel de Melo* uses multiple jousting, witticisms and other linguistic strategies as if they were chronologic sections, or in other words, as if each and every one of them acted as an instrument to be used in the precise moment when the reader's acute sense of critique is ready to perceive the purpose previously set by the author. The sum of the first apologue, in which the dialogue between a city clock and a village one, could then be viewed as a metaphor for time itself, or, in other words, as an exposé of the different stages of life of the human being, and who better to time it but two clocks?

Keywords: Francisco Manuel de Melo; Apologue; Theatre; Time; Satire

Figura incontornável do século XVII, D. Francisco Manuel de Melo causa ainda hoje algum desconforto devido à sua capacidade de *escorregar* por entre os dedos do estudioso ou do leitor moderno que dele se aproximem. Capacidade deveras invejável se tivermos em consideração as metamorfoses que a sua escrita contemplou: crónica, história, novela, poesia, teatro, etc. Bastaria uma simples pesquisa para o apresentar como o único autor de apólogos dialogais de todo o século XVII português, facto que por si só merece menção.

Contudo, não pretendemos delongar-nos especificamente na supramencionada capacidade, mas sobre este tipo de composições, os *Apólogos Dialogais*,¹ isto é, textos de explícito objetivo moralizante e moralizador onde as personagens principais apresentadas são objetos materiais do nosso quotidiano, participantes efetivos da nossa existência –tais como fontes, livros, moedas ou relógios– e que, portanto, podem ser vistas ou, de certa forma, intuídas como juízes *alter ego* das próprias ações humanas; tudo ambientado numa mesa de jogo prosopeico tão ao gosto deste poliédrico escritor seiscentista.

Logo, interessa-nos examinar o apólogo dialogal primeiro. Para cumprir esse propósito, nortearemos a nossa análise sobretudo pelo conceito de tempo tomado de vários pontos de fuga. Começaríamos por afirmar que neste apólogo D. Francisco Manuel de Melo emprega múltiplos jogos de palavras, trocadilhos e outras estratégias linguísticas (Chacoto, 2011) como se estas fossem secções cronológicas, isto é, como se cada uma delas servisse de instrumento para ser usado no momento exato em que o espírito crítico do leitor se encontra pronto e mais idóneo para percecioniar o objetivo que o autor se propõe. Todo o apólogo dialogal primeiro, em que se dá a interlocução de um relógio

1 Os *Apólogos Dialogais* mais conhecidos de D. Francisco Manuel de Melo são quatro: *Relógios Falantes*, *Escritório Aparente*, *Visita das Fontes* e *Hospital das Letras*. Todavia, no *Hospital das Letras* alude-se a um quinto apólogo, isto é, *A Feira dos Anexins*. D. Carolina Michaelis (1915) encontrou num manuscrito referência também a um sexto apólogo: *O Cabido dos Coches*. Apesar de a edição do prof. José Pereira Tavares ter adoptado uma ordem diferente da da ordem de elaboração do autor (*Relógios*, 1654; *Escritório*, 1655; *Fontes*, 1657; *Hospital*, 1657), obtendo assim dois volumes *grosso modo* do mesmo tamanho (vol. I, *Relógios Falantes* e *Visita das Fontes*; vol. II, *Escritório Aparente* e *Hospital das Letras*), optei igualmente por usá-la, pois me pareceu que a sua transcrição, comparada com a edição de 2007, seguia mais de perto o espírito do autor. Cf. *infra*.

citadino com um aldeão, poderia então ser lido como uma metáfora do tempo, isto é, como uma exposição crítica das fases da vida humana, pois tal como há um momento para o ludismo e outro para a seriedade, um momento para o crescimento e a maturidade e outro para a velhice, a «comédia do tempo» de que fala D. Francisco Manuel de Melo não é senão o dismantelamento desse relógio que é a sociedade humana, seccionando os seus vícios e as suas virtudes. Portanto, quem melhor para cronometrar e medir o tiquetaque da vida humana do que dois relógios que acompanham cada momento seu?

Antes, porém, de nos concentrarmos nas personagens do primeiro apólogo, é mister gastarmos algum tempo com as aventuras do nosso autor. E aqui as datas, ou seja, a cadência temporal, desempenham um papel importantíssimo na compreensão da obra em exame.

A 20 de setembro de 1654, conforme se lê na dedicatória ao doutor António de Sousa Tavares, D. Francisco Manuel de Melo conclui a redação dos seus apólogos. Seriam necessários 67 anos (1721) para vir a lume a primeira edição impressa e póstuma dos *Apólogos Dialogais*. A razão pela qual a sua publicação se delongou bastante, talvez tenha a ver com as próprias vicissitudes do autor, mas o certo é que o período de Inquisição que Portugal vivia também contribuiu decisivamente para esse atraso. A nossa afirmação pode ser confirmada pelo simples folhear das várias licenças que os diálogos tiveram de obter antes de serem finalmente publicados (cf. Melo, 1959 [1721]: 5-12).

Através dos estudos efetuados por Edgar Prestage (1922: 83-84), seguidos por José Pereira Tavares (1959: XIII), sabe-se que em 1637 D. Francisco Manuel de Melo fora aprisionado no castelo de S. Jorge em Lisboa (Esteves, 1969), embora se desconheçam os motivos reais de tal detenção e a duração da mesma. O facto curioso, e porventura até casual, para não arriscarmos usar o termo *causal*, é que esse mesmo ano coincide com a nomeação de D. Francisco Manuel a acompanhador do 4.º conde de Linhares, D. Miguel de Noronha (1585-1647), na sua viagem a Évora, cuja missão era pôr cobro às revoltas populares aí originadas ou então tentar apaziguá-las. Este levantamento insurrecional testemunhado pelo autor terá sido depois joeirado e posto por escrito em

outras composições de teor maiormente político (cf. *Epanáfora Política*; Lourenço, 2011; Vila-Santa, 2011).

Ora, a capacidade de adaptação às situações mais adversas que se lhe iam apresentando fez com que a confiança que a corte depositava no nosso autor não fosse ainda posta em causa, motivo pelo qual D. Francisco Manuel de Melo continuou a obter encargos de elevado prestígio e consequentes prémios pelos serviços prestados.

Por ser filho de pai português e de mãe espanhola (por conseguinte, fluente em ambas as línguas), por ter tido acesso privilegiado a uma cultura jesuítica e por ter privado com a corte espanhola, que dominava as letras da península ibérica seiscentista, a vida do nosso *aventureiro-escritor* seguiu um rumo de certa forma ditado e acompanhado pelas transformações político-sociais do século.

Aquando da Restauração portuguesa em 1640, D. Francisco Manuel de Melo alia-se ao governo espanhol mas nem com essa decisão consegue manter alguns dos benefícios que granjeara (Lourenço, 2011: 299-305).

Sabemos que é novamente preso e solto passado pouco tempo (Prestage, 1922: 143; Tavares, 1959: XV). Viaja pela Europa em 1641, assistindo às negociações de paz entre França e Inglaterra. Por essa época, decide tomar o partido de D. João IV. A sua larga experiência faz dele um válido aliado nos anos de transição pós-Restauração, porém esse *camaleonismo* político não permite que a sua fortuna permaneça por muito tempo. Em 1644, é novamente encarcerado por suposto crime de homicídio. Nas palavras de Saraiva-Lopes (172001: 452-3):

Viveu pelo menos quatro anos sob prisão, na Torre de Belém, na Torre Velha da Outra Banda ou no Castelo de Lisboa, com alternativas de reclusão severa e de simples residência fixa sob menagem, como competia aliás à sua categoria de comendador da Ordem de Cristo, ora preparando uma grande parte do espólio que deixou, ora lutando quer pela reabilitação e liberdade, através das sucessivas instâncias do julgamento, quer pelo indulto ou comutação da pena em degredo para

o Ultramar. De estranhar é que, apesar de numerosas diligências, incluindo dois *memoriais* ao rei, todos repassados de eloquência, e de uma intercessão pessoal de Luís XIV, o mais que conseguiu foi partir degredado para o Brasil (1655). À falta do processo, tem-se recorrido, para explicar o caso, às tradições linhagistas, que ora aludem a um romance amoroso complicado pela rivalidade de D. João IV, ora possíveis desconfianças deste relativamente à lealdade do fidalgo. Os livros escritos na prisão trazem a seguir ao nome «Quare?» (Por quê?).

A tomar as palavras de Saraiva-Lopes como fidedignas, deveríamos imaginar que por «livros escritos na prisão» se deve entender todo o período negro da vida do autor que vai da efetiva detenção, isto é, 1644, à sua partida para o degredo no Brasil, em 1655, ou até durante esse exílio. Dado que os *Apólogos Dialogais* foram, segundo datação do próprio autor, escritos em 1654, isso far-nos-ia pensar que o objetivo dos mesmos não é somente de teor moralizante e moralizador –característica aplicável à maior parte dos textos barrocos–, como também de explícita crítica à injustiça sofrida, uma espécie de denúncia velada da sua situação pessoal. Assim sendo, creio que classificar o primeiro apólogo apenas como a aplicação das expressões do movimento barroco, seria desvirtuar as potencialidades literárias do texto. Gonçalves (2011: 37), por exemplo, ao afirmar que

O teor da conversa travada pelos RELÓGIOS falantes (Chagas e Belas) no primeiro *Apólogo* da colectânea é o pretexto selecionado por Dom Francisco Manuel de Melo para dar corpo ao velho tópico literário do «menosprezo da cidade e elogio da aldeia», bem como aos do «desconcerto e loucura do mundo», do «mundo ao avesso» ou do «mundo como teatro», tão em voga na tradição literária europeia dos séculos dourados, com especial incidência para os barrocos.

parece-me querer chamar a atenção sobretudo para as suas características barrocas. Os *Apólogos Dialogais*, mais especificamente o primeiro, que será objeto do nosso exame, podem ser considerados jogos de pres-

tígio linguístico em que arte de saber fazer batota e arte de satirizar se identificam totalmente, isto é, onde o jogo é ganho e a vida é salva se não se mostrarem os ases escondidos na manga (Profeti, 2011).

Na dedicatória ao doutor António de Sousa Tavares, desembargador dos Agravos, Juiz da Coroa e Primeiro Ministro da Junta de Estado de Bragança, D. Francisco Manuel de Melo (1959 [1721]: 15) parece aludir precisamente a essa capacidade de se saber fazer batota (Profeti, 2011), de se conseguir mostrar o contrário do que verdadeiramente se pensa e se quer afirmar: «Já ouviríeis a graciosa indecência com que disse um dos nossos discretos que a imaginação era curral do conselho, onde, por não ter portas, todo o animal tinha entrada! Se isto alguma vez foi verdade, na imaginação dos solitários se verefica» .

Na nossa opinião, o *incipit* desta dedicatória revela muitos indícios das reais motivações do autor para escrever os apólogos. Em primeiro lugar, ele parte da verificação de que a imaginação, faculdade o mais ambígua possível, no dizer dos religiosos é o recinto do conselho, isto é, a faculdade pensante e deliberativa.

Ora, nós consultámos duas edições: a de 1959, ao cuidado de José Pereira Tavares, e a de 2007, que repropõe a edição de 1968 publicada por Maria Judite Fernandes de Miranda. A edição de 2007 (4), por exemplo, propõe a palavra «concelho» no lugar de «conselho». A nosso ver esta correção ou substituição não funciona para os propósitos do autor. Trata-se de analogias entre *imaginação-curral* e *conselho-casa* que resulta precisamente porque nos pratos da balança se encontram termos do mesmo âmbito *familiar*. Se substituirmos *conselho* por *concelho* a analogia aparece manca e deixa de servir o seu objetivo. Por essa razão, afirmamos que os animais que entram livremente nesse curral aberto seriam os pensamentos mais indecorosos e malévolos. Pois bem, D. Francisco Manuel de Melo, que vê nesta asserção uma ponta de «graciosa indecência», justifica-a usando-a para se defender. Os «animais» só conseguem entrar no curral se este estiver desamparado, ou seja, se não estiver protegido ou cercado. Por *proteção* ou *cercos* se deve entender a presença material de um recinto ou de um guardião. Dada a ausência deste, só na imaginação=curral dos solitários, daqueles que não têm

quem os acompanhe, penetra todo e qualquer animal. É precisamente porque se encontra *sozinho* em degredo («imaginação dos solitários») que o autor admite a hipótese de poder usar de todos *meios* («todo o animal») possíveis para construir a sua defesa.

Pensamos poder asserir que D. Francisco Manuel de Melo de certeza tinha em mente apresentar de maneira sub-reptícia as suas vicissitudes e as do país, por meio de uma mistura magistralmente conseguida pela crítica dos costumes. Tal crítica faz passar pelo crivo os conceitos de aparência e de engano para indicar, também de alguma forma, que o autor foi injustamente acusado. Digamos que para demonstrar a sua inocência, D. Francisco Manuel precisará de uma grande dose de engenho e de imaginação para fazer ver, velando, que o mundo caminha ao contrário e anda de passo desacertado. A escolha dos *relógios*, paradigmas da exatidão e da certeza, objetos por excelência representativos do compasso concertado da sociedade humana, é a melhor forma de pôr em ato «a comédia do tempo».

Dado que a sociedade a que se refere D. Francisco Manuel se veste quer com panos citadinos quer rurais, apresentar dois relógios como bodes expiatórios das maleitas causadas por cada modo de vida parece-nos a forma perfeita de encenar tal confronto de ideias.

A nosso ver, o primeiro apólogo dialogal pode ele mesmo ser metafórica e visualmente representado por um relógio a pêndulo. Neste objeto é necessário haver uma regularidade perfeita na sua oscilação para que seja um medidor de tempo preciso. Portanto, o mecanismo, no seu movimento isócrono, deve manter constante a amplitude da oscilação, para evitar variações temporais. Poucos graus são suficientes para adiantar o relógio, para colocá-lo fora do seu tempo. Eis então a função do pêndulo, o peso que cadencia o processo cronológico.

Peguemos nesta breve exposição do mecanismo relojoeiro,² transportemo-la e sobreponhamo-la à estrutura deste apólogo: em pri-

2 Em boa verdade, só em 1673, em *Horologium oscillatorium*, Christiaan Huygens exporia os princípios da teoria do pêndulo simples e composto, valendo-se da sua experiência parisiense como construtor de relógios, mas decerto D. Francisco Manuel de Melo, nas suas viagens pela Europa, deve ter tido a oportunidade de conhecer vários modelos, mesmo os experimentais.

meiro lugar, o espaço da ação revela-nos que dois relógios, acusados de mau funcionamento e avaria, se acham agora fora do lugar, isto é, num canto esquecido e poeirento da oficina de um caldeireiro. Trata-se de uma característica recorrente, pois antes de se encontrarem neste local, o Relógio da Aldeia dissera: «[...] encomendaram-me a um alveitar que vivia junto de mim, o qual aceitou logo a comissão, muito persuadido de que, por eu ser de ferro e ele tratar de ferraduras, atalharia logo meus desconcertos (Melo, 1959 [1721]: 28); «*Relógio da Aldeia*: [...], como vossa mercê melhor sabe, que ninguém val pelo que é, senão pelo lugar em que o vemos» (Melo, 1959 [1721]: 44).

Em segundo lugar, o tempo. Como tentaremos demonstrar, a estrutura temporal do apólogo é representada pela escolha das personagens: dois relógios (medidores do tempo acusados de não saberem medi-lo, portanto, de estarem desafinados, fora de tempo) que discorrem sobre os tempos que correm. A sua forma de discorrer, que mais não é do que uma medida, pode ser comparada às fases do crescimento do ser humano. Vejamos como:

Na infância e na adolescência, dada a imaturidade dos indivíduos, tende a prevalecer o gosto pelo jogo e pela brincadeira. Os dois relógios que se encontram na velha oficina travam conhecimento por meio de trocadilhos, interagem através de frases que pretendem espicaçar reciprocamente o adversário, procurando tatear o terreno antes de se abrirem a maiores e possíveis confidências (Melo, 1959 [1721]: 20-1):

Relógio da Aldeia: Sou, com perdão de vossa mercê, o relógio da vila de Belas, ou sem perdão, para melhor dizer, porque nunca fiz erro que se me perdoasse. Parece que só para mim anda o mundo concertado!

Relógio da Cidade: Tá tá tá! Vossa mercê é o relógio de Belas? Grandes cousas tenho ouvido de seu bom gosto! Dizem por cá, finalmente, que vossa mercê é o relógio de Belas, mas não belo relógio.

[...]

Relógio da Cidade: Quem gostaríeis vós que eu seja? Sou esse cansado, esse negro, esse maldito relógio das Chagas, de Lisboa.

Relógio da Aldeia: Chagado e ferrugento vejo eu a vossa mercê, para ser tão grande e tão antigo cortesão, de quem a fama publica mil galantarias.

Relógio da Cidade: Ó saloio, por bom modo me desonrais de mentiroso!

Relógio da Aldeia: E vós a mim de vilão, com bem mau modo!

Torna-se claro pelos trocadilhos –tais como «relógio de *Belas...* mas não *belo* relógio», «relógio das *Chagas...* que anda *chagado*», «por *bom modo...* com *bem mau modo*»– e pelos jogos de palavras trocados pelos dois protagonistas que D. Francisco Manuel de Melo põe em cena o feitio jocoso e infantil que emerge de um primeiro contacto entre seres que não se conhecem. As personagens acham-se ainda em fase de ambientação, verificam ingenuamente que está tudo fora do lugar, eles mesmos se acham fora do seu espaço natural; e todavia as aparências dizem o oposto. Como duas crianças, que se maravilham com a contrariedade das próprias ações e das de outrem, os relógios meditam precisamente sobre essa ambiguidade, da qual sobressai um forte relativismo, perigoso sobretudo numa época em que vigorava um absolutismo dogmático. Em suma, tornam-se relógios amadurecidos. Contudo esse relativismo das posições *aparece* disfarçado nos jogos linguísticos do autor, principalmente ao início do diálogo (Melo, 1959 [1721]: 20):

Relógio da Cidade: [...] Contudo, vossa mercê me diga como se chama, que sua gentil presença me promete grande achado em tão boa companhia.

Relógio da Aldeia: Não se fie em aparências, senhor relógio, porque dessa maneira nos está enganando todo o mundo e até o mesmo céu, que cada dia nos aparece azul, não tendo cor alguma. O ofício dos olhos é ver, chorar e enganar.

Relógio da Cidade: Sem embargo, a agradável presença é como sobrescrito de boa letra, que mostra será a carta da mesma mão.

Relógio da Aldeia: Também nessa pouquidade nos trapaceam os grandes, porque de ordinário o corte não é do mesmo pano que a amostra.

Relógio da Cidade: Nem a nota, irmã da firma. Mas deixemos para outra hora o ler por sentença [...].

Desta sucinta troca de galhardetes podemos retirar algumas ilações importantes e significativas. Em primeiro lugar, pensamos ser sintomática a inserção do sentido da vista após se ter dado como exemplo o céu. Isto porque ao lado das duas funções específicas dos olhos –*ver e chorar*– D. Francisco Manuel de Melo acrescenta outra que aponta para âmbitos bem mais problemáticos, tais como o horizonte do engano. Se todo o mundo nos engana, inclusive o céu, é porque os nossos olhos não sabem ver para lá das meras aparências, conceção esta que se liga ao «currelho» mencionado na dedicatória, ou seja, ao facto de não se porem cercas ao recinto que rodeia o «conselho».

Com estas breves considerações jocosas sobre as aparências, que levam os dois protagonistas a não se renderem ainda totalmente à aceitação do desengano e da ilusão representados pela realidade, D. Francisco Manuel de Melo faz um truque de magia para mostrar que, considerando-se apresentados os dois relógios, podem ocupar-se de assuntos mais graves (Melo, 1959 [1721]: 22): «*Relógio da Cidade*: Ora, pois todos somos de campanário, será bom que nos vejamos os jogos, como bons parceiros. A que vindes a esta casa?».

Trata-se então de um jogo sério que pressupõe a exibição das cartas que se têm em mãos. Um jogo de adultos, portanto. Como se verá, os dois protagonistas não voltarão a criticar-se com brincadeiras infantis, como fazem as crianças. O motivo da sua conversa estender-se-á a assuntos sobre os quais as crianças só sabem pronunciar ingênuas verdades.

Todavia, a gravidade da situação em que se acham é de certa forma atenuada pela forma como os relógios a enfrentam, de maneira que pensamos ser central a afirmação do Relógio da aldeia «[...] porque na comédia do tempo são já tais os nossos feitos, que todos podemos dizer nossos ditos» (Melo, 1959 [1721]: 27). Esta sentença pode ser tomada, na nossa opinião, como perno de todo o diálogo. Os dois relógios sen-

tem-se à vontade para dizer tudo o que pensam dado que os seus feitos já são conhecidos. Mas em boa verdade, que feitos são conhecidos? Apenas aqueles que *parecem* ser de domínio geral, ou seja, que «[...] anda o mundo desconcertado, e o pior é que nos põe a culpa» (Melo, 1959 [1721]: 21).

Por conseguinte, se os factos são estes –e os feitos também–, é preciso, porém, que se conheçam as razões, é mister que estas sejam expostas e interpretadas. Eis porque nos parece que se pode também comparar este primeiro diálogo com um antigo tribunal grego, onde os advogados eram obrigados a reger-se por um *compasso de espera*, por assim dizer. A ampulheta ditava o tempo de que dispunham para aduzirem os próprios argumentos de defesa e de acusação. Saber dosar o tempo, ou seja, saber contar quanta areia se gastava numa exposição a favor ou contra uma determinada tese, era um sinal de posse autêntica de uma técnica que tanto podia matar uma vida quanto salvá-la (cf. Platão, *Teeteto* 172 D-E; Butti, 2002: 91-96).

Mas os nossos relógios não tencionam simplesmente contar o tempo, pelo contrário, é este que conta para eles. Nem estão interessados em salvar a própria vida. É preciso que no breve tempo que ainda tinham à disposição se faça clareza sobre a ordem, ou ausência desta, no mundo. Assim, o medo da morte, face aos ditos e aos feitos sucedidos, não será decerto o último grão de areia a escorrer na ampulheta do tempo (Melo 1959 [1721]: 25):

Relógio da Aldeia: Cala-te, que te fundirão!

Relógio da Cidade: Pois que importa? Farão de mim campainhas e então lhes direi por cem bocas o que não querem ouvir de uma! Par Deus, mas que me fundam, mas que me confundam. Eu hei-de tanger sempre a verdade!

[...]

Relógio da Aldeia: E tu, amigo, que ganhas em desenganar o mundo, que se não quer desenganar? O sumo grau da sandice é perder-se um pelo ganho do outro.

Relógio da Cidade: É nobreza de coração, e ainda proximidade, não deixar perseverar a ninguém no seu engano.

Portanto, é de nobreza de alma que falamos, de longe superior às comodidades que uma vida abastada, embora de enganos, comporta.

Voltando à nossa metáfora, se estivéssemos ainda a olhar para o pêndulo da nossa sobreposição exegética, veríamos que estaria neste preciso momento a tocar 18 horas, quer dizer, o desabafo do Relógio da Cidade em não rezear morrer por dizer a verdade estaria a marcar a passagem da maturidade inicial para a meia-idade avançada.

Ao som do tiquetaque que se apressa a indicar o final do dia, que é ao mesmo tempo o fim de uma vida (ou de duas, a conclusão do diálogo permanece em aberto), os nossos dois protagonistas debruçam-se sobre as contrariedades da vida humana, da qual se veem fautores: «*Relógio da Aldeia*: [...] Cansado officio temos: julgar aqueles de quem havemos de ser julgados!» (Melo, 1959 [1721]: 43).

Não obstante estejam convencidos de que a culpa dos contratempos do mundo depende também da conivência que ambos tiveram em favorecer a realização de alguns pequenos vícios humanos, os dois relógios consideram (Melo, 1959 [1721]: 49):

Relógio da Cidade: Dir-vos-ei: todos somos relógios e sabemos que não há cousa que não tenha a sua hora no mundo. O rir, o chorar, o trabalho, o descanso, a fome e a fartura, tudo tem sua hora: donde procede que não é fora de razão que os homens tratem tal vez de seu cómodo e tal de seu aproveitamento, pois é certo que para se regerem e dirigirem a bons fins e a termos úteis lhes deu Deus entendimento, [...].

O problema é quando se perdem de vista os meios adequados e justos que levam à compreensão de cada instante, e cada um começa a usar as horas alheias em proveito próprio, minando assim o sistema que rege todo o mecanismo. Roubando um pouco de areia ao próximo ou enchendo até à orla a própria ampulheta, se criam os atritos que levarão à descompensação do mundo.

O final da vida, que costuma ser o momento em que se fazem contas com o que se foi e que se fez, é chamado pelos nossos protagonistas velhice, isto é (Melo, 1959 [1721]: 52-3),

Relógio da Cidade: Eis aí o maior dos mortais, porque a velhice é uma piedosa estalagem que Deus pôs entre a morte e a gentileza, brio, esforço e saúde. [...] Da mesma maneira, e ainda muito mais necessária, interpôs a Providência a velhice entre a vida e a morte, para que ali se domasse a fúria dos afectos e demenuísse a sobejidão do amor da vida, e o homem fosse perdendo o receio à morte pela conversação dos achaques e companhia dos acidentes próprios da velhice.

Com este *apólogo primeiro*, D. Francisco Manuel de Melo recria uma sociedade que se rege pelo perno do engano e das aparências, onde cada grão de areia tenta fugir ao seu destino de morte, sobrepondo-se aos outros tantos grãos de areia que o imitam no desejo e muitas vezes na forma: prevaricando, lesando e cometendo injustiças. Ao fazê-lo, o autor além de traçar um esboço da sociedade seiscentista, desenha ao mesmo tempo um mapa da sua história pessoal, que o situa como protagonista e padecente dos mesmos enganos supracitados, onde as misérias do tempo se cruzam com as suas vicissitudes pessoais, onde todos os grãos de areia se tornam mais iguais uns dos outros. A única diferença, diferença de peso, que faz pender a balança para o seu lado, é que o nosso autor consegue satirizar, ironizar mas, sobretudo, raciocinar sobre o mundo, mostrando abertamente como ele na realidade é: uma comédia. Embora a sua descrição nos possa por vezes soar a tragédia, pela grande familiaridade que logo sentimos com a nossa realidade hodierna, D. Francisco Manuel de Melo revela-se um leitor exímio do *Banquete* de Platão, pois «[...] o mesmo homem que sabe compor tragédias sabe também compor comédias» (223 D 2).

Mesmo não possuindo a estrutura de uma peça teatral, o *apólogo primeiro* ensina e leva o leitor a esboçar aquele sorriso de cumplicidade que só se pode verificar entre duas mentes que viajam na mesma linha

de pensamento, ou seja, quando dois ponteiros coincidem para marcar um toque em unísono. Tal sorriso, que se deve tornar um riso um pouco triste, não deve, porém, causar-nos embaraço, pois a larga experiência do autor ensina-nos também que é preciso saber rir de si mesmo, se se quiser melhorar a si mesmo e ao mundo (Melo, 1959 [1721]: 55):

Relógio da Aldeia: Bom é saber; e, por mais que se riam de nós, como dizeis, ninguém vos tire a ciência que sois relógio velho da cidade, por quem, havendo passado muitas horas, é força que hajam passado muitos dias, semanas, meses e anos, que são os bancos da escola da experiência.

Falou assim D. Francisco Manuel de Melo para as orelhas que o sabiam ouvir, «*Relógio da Cidade*: [...] Mas não digas que eu to disse!» (Melo, 1959 [1721]: 65).

REFERÊNCIAS

Bibliografia ativa

- MELO, D. Francisco Manuel de. «Relógios falantes». *Apólogos Dialogais*. Vol. I. ed. José Pereira Tavares. Lisboa. Livraria Sá da Costa [1.ª edição de 1721], 1959, pp. 13-65.
- MELO, D. Francisco Manuel de. *Relógios Falantes*. Coimbra: Centro de Estudos de Linguística Geral e Aplicada (CELGA) da Universidade de Coimbra (a partir da edição de 1968 publicada por Maria Judite Fernandes de Miranda), 2007.

Bibliografia passiva

- BUTTI DE LIMA, Paulo. *Platone. Esercizi di filosofia per il giovane Teeteto*. Venezia. Marsilio, 2002.
- CHACOTO, Lucília. «A presença dos provérbios na obra de D. Francisco Manuel de Melo». Maria do Rosário PIMENTEL; Maria do Rosário MONTEIRO (org.). *D. Francisco Manuel de Melo: O Mundo É Comédia*. Lisboa. Edições Colibri, 2011, pp. 59-67.
- ESTEVES, Maria Helena Frascione de Almeida. «Três cartas da prisão –Marino, Manuel de Melo, Quevedo apócrifo». *A.I.O.N.* vol. XI, fascículo 1, 1969, pp. 53-76.
- GONÇALVES, Artur Henrique Ribeiro. «Dom Francisco Manuel de Melo e a Picaresca: relógios, moedas, fontes e livros falantes». Maria do Rosário PIMENTEL; Maria do Rosário MONTEIRO (org.). *D. Francisco Manuel de Melo: O Mundo É Comédia*. Lisboa. Edições Colibri, 2011, pp. 27-41.

- HUYGENS, Christiaan. *Horologium oscillatorium, cive de motu pendulorum ad horologia aptato demonstrationes geometricae*. In *La piccola Treccani. Dizionario enciclopedico*. vol. V, Roma. Istituto dell'Enciclopedia Italiana, 1995, pp. 685-6.
- LOURENÇO, Victor. «Francisco Manuel de Melo, andanças de um militar». Maria do Rosário PIMENTEL; Maria do Rosário MONTEIRO (org.). *D. Francisco Manuel de Melo: O Mundo É Comédia*. Lisboa. Edições Colibri, 2011, pp. 299-308.
- MICHAELIS, Carolina. «Notas relativas a manuscritos da Biblioteca da Universidade de Coimbra». *Boletim Bibliográfico da Biblioteca da Univ. de Coimbra*. vol. II, n.^{os} 1 e 2, 1915.
- PIMENTEL, Maria do Rosário; Maria do Rosário MONTEIRO (org.). *D. Francisco Manuel de Melo: O Mundo É Comédia*. Lisboa. Edições Colibri, 2011.
- PLATÃO. *O Banquete*. Trad., intr. e notas Maria Teresa Schiappa de AZEVEDO. Lisboa. Edições 70, 1991.
- PLATÃO. *Teeteto*. Trad. Adriana Manuela NOGUEIRA, Marcelo Boeri. Lisboa. Fundação Calouste Gulbenkian, 2005.
- PRESTAGE, Edgar. *D. Francisco Manuel de Melo*. Oxford. University Press, 1922.
- PROFETI, Maria Grazia (a cura di). *Norme per lo spettacolo/Norme per lo spettatore*. Firenze. Alinea 2011.
- SARAIVA, António José; Óscar LOPES. «Capítulo II D. Francisco Manuel de Melo». *História da Literatura Portuguesa*. Porto. Porto Editora, 172001, pp. 451-70.
- TOCCO, Valeria. *Breve storia della letteratura portoghese*. Roma: Carocci editore, 2011.
- VILA-SANTA, Nuno. *D. Afonso de Noronha (Vice-Rei da Índia). Perspectivas Políticas do Reino e do Império em Meados de Quinhentos*. Lisboa: CHAM. 2011.